



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

22 A 26 DE ABRIL DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

PLEN – PLENÁRIO

Quarta-feira (24/04), 13h55

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Autor: Presidência da República

Resultado: [Sessão cancelada.](#)

VET 17/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.154/2023), que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020".

Explicação: foram vetados os trechos que: (i) listava a coordenação das atividades de inteligência federal entre as competências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); (ii) transfere do Ministério dos Povos Indígenas para o Ministério das Cidades a competência de fazer o planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação das ações referentes ao saneamento e às edificações nos territórios indígenas, observadas as competências do Ministério dos Povos Indígenas; e (iii) transfere do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Segurança Hídrica e a gestão dos recursos hídricos.

Autor: Presidência da República

Resultado: [Sessão cancelada.](#)

[Quarta-feira \(24/04\)](#)

CMO - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO / Anexo II, Plenário nº 02, 14h30

Reunião de Instalação e Eleição - Finalidade: Instalação e Eleição da Mesa da CMO/2024.

Resultado: Realizada. Deputado Julio Arcoverde é eleito presidente do Colegiado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (23/4)

OUTROS EVENTOS

Simpósio - Tema: Regulação de Plataformas Digitais – A urgência de uma Agenda Essencial à Democracia.

Resultado: Realizada.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQ 78/2024 - Requer o aditamento do REQ 36/2024-CSPCCO para inclusão de palestrantes na Audiência Pública que visa “debater a efetividade das ferramentas de reconhecimento facial como estratégia de combate à criminalidade e o viés algorítmico”. Item nº 6.

Convidado:

- Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – Fenadepol.

Autor: Carlos Sampaio (PSD/SP)

Resultado: Prejudicado por perda de objeto, tendo em vista a aprovação do REQ 73/2024 CSPCCO.

REQ 92/2024 - Requer o aditamento do REQ 36/2024-CSPCCO para inclusão de palestrantes na Audiência Pública que visa “debater a efetividade das ferramentas de reconhecimento facial como estratégia de combate à criminalidade e o viés algorítmico”. Item nº 18.

Convidados:

- Diretor-Geral da Polícia Federal – DPF;
- Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF;
- Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – Fenadepol.

Autor: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

Resultado: Prejudicado por perda de objeto, tendo em vista a aprovação do REQ 73/2024 CSPCCO.

OUTROS EVENTOS / *Item incluído após o envio da agenda*

Simpósio - Tema: Regulação de Plataformas Digitais – A urgência de uma Agenda Essencial à Democracia.

Resultado: Realizado.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 8450/2017 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço.

Autor: Douglas Cintra

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, da Emenda ao Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

Resultado: Lido o relatório. Cancelada a votação.

PL 3078/2021 - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro.
Explicação: determina preferência de acesso a crédito ao financiamento de itens desenvolvidos por Startups Agro, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).
Autor: Jose Mario Schreiner (MDB/GO)
Relator: Delegada Katarina (PSD/SE)
Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Resultado: Não deliberado.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQ 18/2024 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/2024. Item nº 2.

Convidados:

- 99 App;
- Uber;
- Indrive;
- AMOBITEC;
- Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho;
- Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Carlos Lupi;
- Federação Nacional dos Motoristas de Aplicativo do Brasil – FENAMAB;
- Associação de Motoristas Por Aplicativo do Brasil – AMPAB;
- Frente de Apoio Nacional dos Motoristas Autônomos – FANMA;
- Sindicato dos Motoristas de Aplicativos do Rio Grande do Sul.

Autor: Josenildo (PDT/AP)

Resultado: Aprovado com inclusão de representantes do Instituto Livre Mercado; do Ministério Público do Trabalho e da Federação Nacional dos Sindicatos dos Motoristas de Aplicativos - Fenasmapp, na lista de convidados. Aprovada, ainda, substituição da Fenamab pela Federação Nacional dos Motoristas por Aplicativos do Brasil - Fembrapp.

PLP 229/2019 - Altera os dispositivos 3º e 4º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2016, para tratar do microempreendedor individual - MEI. Item nº 4.

determina que, com exceção das atividades de grau de risco elevado, qualquer profissão poderá ser registrada como microempreendedor individual (MEI).

Autor: Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator.

Quarta-feira (24/4)

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Audiência Pública – Tema: Aplicativos de transporte de passageiros (PLP 12/2024).

Resultado: Realizada.

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Pauta divulgada após o envio da agenda

REQ 32/2024 - Requer a constituição de Subcomissão Especial, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir e acompanhar os debates e ações sobre as violações aos tratados internacionais sobre a liberdade de expressão.

Autor: Eduardo Bolsonaro (PL/SP)

Resultado: [Aprovado.](#)

PL 342/2022 - Altera a Lei nº 4.375, de 1964, dispondo sobre o certificado digital de reservista, de dispensa de incorporação e outros certificados.

Explicação: trata sobre a expedição de certidão online e gratuita de comprovação de regularidade com o serviço militar.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Zucco (PL/RS)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Zucco (PL-RS), pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Audiência Pública - **Finalidade:** Projetos de regulamentação da reforma tributária.

Convidado:

- Bernard Appy, secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF).

Resultado: [Não realizada em razão do cancelamento da reunião.](#)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REQ 10/2024 - Requer a realização de Seminário na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater a Lei nº 11.196/05 - “Lei do BEM”

Convidados:

- MCTI;
- MDIC;
- CGU;
- Receita Federal Professores (as) dos CAT;
- Deputados atuantes em C&T;
- Senadores atuantes em C&T;
- Representantes das seguintes empresas: Itaú, Claro, Totus, Bradesco, Microsoft Fiesp Consultorias Acetta, Deloitte, Pieracciani.

Autor: Nely Aquino (PODE/MG)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 13/2024 - Requer a realização de Seminário, para debater a Soberania Digital. *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Luciana Santos, ministra da Ciência e Tecnologia;
- Marcio Pochmann, presidente do IBGE;
- Fernanda Bruno, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura do Instituto de Psicologia da UFRJ;
- Sergio Amadeu da Silveira, professor do Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC;
- Ana Ribeiro, chefe de TI da UFRJ;
- Nelson Pretto, professor associado da Faculdade de Educação da UFBA;
- Ilara Hammerli Sozzi de Moraes, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz.

Autor: Rui Falcão (PT/SP)

Resultado: [Aprovado. Encaminhou a votação o Deputado Rui Falcão.](#)

REQ 14/2024 - Requer a realização de audiência com o objetivo de fomentar o debate e a produção de subsídios e colaborações da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados no âmbito da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Sérgio Rezende - Ex ministro do MCTI e coordenador nacional da VCNCTI;
- Anderson Gomes - Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, e vice coordenador da VCNCTI;
- Celso Pansera - Presidente da Finep;
- Verena Hitner - Secretária Executiva do Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial (MDIC);
- Rafael Dubeux - Secretário Executivo Adjunto (MFaz);
- Richard Stephan - Professor titular da COPPE UFRJ;
- MCTI;
- MEC;
- CNPq; ANPEI;
- SBPC;
- ANPG; e
- MEI/CNI.

Autor: Jilmar Tatto (PT/SP)

Resultado: [Aprovado, subscrito pelo Deputado Rui Falcão. Encaminhou a votação o Deputado Rui Falcão.](#)

PL 1430/2022 - Altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para incluir a implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica entre as aplicações de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Explicação: propõe que a norma legal que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) seja alterada para prever a destinação de recursos para implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Gambale (PODE-SP), pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Regulamentação infraconstitucional da reforma tributária

Resultado: [Não realizada em razão do cancelamento da reunião.](#)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQ 11/2024 - Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre as perspectivas de construção e efetivação do Plano “Nova Indústria” do Governo Federal.

- Convidados:
- Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento Indústria Comércio e Serviços – Geraldo Alckmin;
 - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - Senhor Ricardo Alban;
 - Empresária e Membro do Conselho Econômico e Social – Senhora Luiza Trajano;
 - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – Assis Melo.
 - Centrais Sindicais

Autor: Daniel Almeida (PCDOB/BA)

Resultado: [Aprovado, com inclusão da ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.](#)

REQ 12/2024 - Trata-se de acréscimo de convidados à audiência pública aprovada por meio do Requerimento nº 11/2024, apresentado pelo Deputado Daniel Almeida, que irá debater as perspectivas de construção e efetivação do Plano “Nova Indústria” do Governo Federal.

Convidado:

- Celso Pansera, presidente do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e presidente da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento).

Autor: Nilto Tatto (PT/SP)

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do autor.](#)

REQ 16/2024 - Requer a realização de reunião de Audiência Pública, para discutir o PLP 52/2022 que altera a Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014.

Explicação: o PLP 52/2022 propõe alterações na Lei Complementar nº 147/2014, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Convidado:

▪ Décio Lima - Presidente do Sebrae.

Autor: Julio Cesar Ribeiro (REP/DF)

Resultado: [Aprovado com inclusão de convite ao senhor Eudado Alencar, Presidente das Associações de Microempresas do Distrito Federal e representantes do SEBRAE, com voto contrário dos deputados Saulo Pedroso \(PSD/SP\), Luiz Gastão \(PSD/CE\) e Florentino Neto \(PT/PI\).](#)

PL 554/2022 - Dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado - PROEXALTO, como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado - FIEEXALTO, a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (FICEX-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP).

Explicação: propõe a criação do Proexalto com o objetivo de financiar empresas ligadas a cadeia de produção de bens de alto valor agregado direcionados à exportação.

Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Relator: Sidney Leite (PSD/AM)

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1 da CDE.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

PL 1113/2021 - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que “institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências”, a fim de inserir classificação das entidades sem fins lucrativos como atividades econômicas de baixo risco.

Explicação: inclui as entidades sem fins lucrativos devem ser inseridas na classificação de atividades econômicas de baixo risco de todos os entes federativos Municipais, Estaduais e Distritais.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela rejeição deste, e da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Resultado: [Rejeitado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PLP 29/2022 - Dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos.

Explicação: estabelece que os prazos para pagamento só se iniciam ou vencem em dias úteis, respeitando-se os feriados da União, do Estado e do Município onde for o domicílio tributário do sujeito passivo (contribuinte ou responsável tributário), bem como respeitando os sábados e domingos, independentemente da competência tributária do sujeito ativo (ou seja, deve ser observado por todos os entes federativos).

Autor: Caroline de Toni (PL/SC)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 29/2022 e do PLP nº 63/2023, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 29/2022 e do PLP nº 63/2023, apensado, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

PL 4135/2023 - Institui a Taxa de Financiamento de Longo Prazo – TFLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo da

Marinha Mercante – FMM e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga dispositivos da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.135/2023 e da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.135/2023, com emenda, e pela rejeição da Emenda nº 1 da CFT.

Resultado: Não deliberado.

CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL / Pauta divulgada após o envio da agenda.

REQ 21/2024 - Requer a realização do Seminário “Tecnologias de Reconhecimento Facial: usos e riscos para os direitos humanos” da Câmara dos Deputados.

Convidados:

- AqualtuneLab;
- Coding Rights;
- Data Lab;
- Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN);
- CPDH;
- Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia de Recife (IP. rec);
- APP Sindicato dos Trabalhadores em educação pública do Paraná;
- Tarcízio Silva - Senior Tech Policy Fellow (Mozilla), professor, mestre em Comunicação (UFBA) e doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC);
- Movimento Craco Resiste;
- Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS);
- Observatório das Metrôpoles - Núcleo Curitiba;
- Campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira;
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec);
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC);
- Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas da PUC-PR (JararacaLab)
- Willy Hauffe Neto - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)

Autor: Erika Hilton (PSOL/SP)

Resultado: Aprovado.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQ 35/2024 - Requer aditamento do Requerimento 12/2024 – CMulher para incluir convidado na Audiência Pública que debaterá o Projeto de Lei 1111/2022, que cria a Comissão Interna da Mulher Trabalhadora (CIMT), que deverá ser instituída em médias e grandes empresas para promover a segurança, a igualdade e o combate ao assédio e à discriminação às mulheres.

Convidados:

- Dra. Danielle Olivares Corrêa - Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Coordigualdade do Ministério Público do Trabalho; e
- Mara Feltes - dirigente da CUT nacional e integrante do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

PL 1405/2023 - Altera o artigo 60 da 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Explicação: Cria novo critério de desempate ligado à iniciativas de contratação de idosos

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PLP 108/2023 - Concede aos Estados da Federação competência para legislar, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Autor: Caroline de Toni (PL/SC)

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Projeto de Lei Complementar nº 112/2023, apensado e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Resultado: Aprovado, contra Voto em Separado do deputado Patrus Ananias (PT/MG). A matéria segue para o Plenário.

PL 8450/2017 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço.

Autor: Douglas Cintra

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

Resultado: Não deliberado.

PL 3078/2021 - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro.

Explicação: determina preferência de acesso a crédito ao financiamento de itens desenvolvidos por Startups Agro, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Autor: Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Relator: Delegada Katarina (PSD/SE)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: Não deliberado.

CDC – COMISSÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 4919/2023 - Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

Explicação Geral: veda a cobrança automática ao fim de período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. A manutenção do contrato ficará condicionada à autorização expressa do consumidor; o silêncio deverá ser interpretado como recusa.

Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)

Relator: José Nelto (PP/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. José Nelto (PP-GO), pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQ 51/2024 - Requer a realização do Seminário “Tecnologias de Reconhecimento Facial: usos e riscos para os direitos humanos” da Câmara dos Deputados. Item nº 5.

Convidados:

- AqualtuneLab;
- Coding Rights;
- Data Lab;
- Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN);
- Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH);
- Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia de Recife (IP.Rec);
- APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná;
Tarcízio Silva - Senior Tech Policy Fellow (Mozilla), professor, mestre em Comunicação (UFBA) e doutorando em Ciências Humanas e Sociais (UFABC);
- Movimento Craco Resiste;
- Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS);
- Observatório das Metrôpoles – Núcleo Curitiba;
- Campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira;
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec);
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC);
- Laboratório de Tecnopolíticas Urbanas da PUC-PR (JararacaLab);
- Willy Hauffe Neto - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF).

Autor: Carol Dartora (PT/PR)

Resultado: [Aprovado.](#)

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Uso da internet para prática de crimes contra crianças e adolescentes.

Resultado: [Realizada.](#)

[Quinta-feira \(25/4\)](#)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 4412/2021 - Institui a Semana Nacional da Empresa Júnior. Item nº 12.

Autor: Jayme Campos

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: [Não deliberado em razão da não realização da reunião.](#)

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (23/04), 13h55

PLP 35/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.

Explicação: Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir que os estados possam investir recursos próprios com objetivo de fomentar o andamento de obras de responsabilidade do governo federal, abatendo-se esses valores do montante de suas dívidas. "

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: pendente

Parecer: pendente

Resultado: Retirado de pauta.

Terça-feira (23/04)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Audiência Pública - Finalidade: Debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023.

Resultado: Realizada.

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PL 4849/2019 - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Autor: Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, acolhendo parcialmente a Emenda nº 1, e contrário à Emenda nº 2.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

PL 6012/2023 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação

Resultado: Não deliberado.

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

REQ 9/2024 - Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Autor: Marcelo Castro (MDB/PI)

Relator: Pendente

Convidado:

- Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento.

Resultado: Aprovado

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQ 25/2024 - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da comercialização de dados pessoais no Brasil, com foco na efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Convidados:

- Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- Erotilde Minharro, Juíza do TRT da 2ª Região e Professora da Faculdade de Direito de São Bernardo;
- Victor Hugo Pereira Gonçalves, Doutor em Direito Comercial, Presidente do Instituto Sigilo;
- Valdemir Bertolo, Diretor- Presidente do Serasa Experian;
- Bernardo Grossi, Doutor pela PUC/MG em Proteção de Dados.

Autor: Leila do Vôlei (PDT/DF)

Resultado: [Adiado](#)

[Quarta-feira \(24/04\)](#)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Explicação: estabelece que a prestação de serviços na modalidade exclusiva de teletrabalho ou em regime híbrido de trabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Resultado: [Não deliberado.](#)

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

REQ 50/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”, sejam incluídos os convidados que especifica.

Autor: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Relator: Pendente

Convidados:

- Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais do Google Brasil;
- Erika Alvarez, Gerente de Políticas Públicas do YouTube.

Resultado: [Aprovado.](#)

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Reunião - Tema: Apresentação de relatório preliminar sobre os Projetos de Lei nº 2338/2023, 21/2020, 5051/2019, 5691/2019, 872/2021, 3592/2023, 145/2024, 146/2024, 210/2024 e 266/2024, que dispõem sobre o tema “uso da Inteligência Artificial no Brasil”, com o objetivo de dar conhecimento aos senadores membros da comissão.

Relator: Senador Eduardo Gomes

Resultado: [Realizada](#)